

---

# O Projecto CALIOPE (CATáLogo e Imagens Ópticas de Pesquisa Expedita)

MANUEL LUÍS REAL

Arquivo Histórico Municipal do Porto

**O** PROJECTO CALIOPE teve a sua origem num protocolo de cooperação assinado em 6 de Julho de 1988, entre o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) e a Câmara Municipal do Porto (CMP). A filosofia deste projecto assenta na construção de um sistema de Bases de Dados com interface a um Arquivo de Imagens em disco óptico. Financiado até ao momento pela Autarquia, ele está a ser desenvolvido por iniciativa do Arquivo Histórico Municipal. Em linhas gerais, pretende-se que venha a ter aplicação, não apenas na salvaguarda e consulta dos documentos de Arquivo, mas também em procedimentos de natureza administrativa. A sua implementação será realizada em várias fases. A primeira decorreu no Arquivo Histórico, a segunda é já extensiva ao Arquivo

Geral (ou arquivo central administrativo) e, finalmente, espera-se que a difusão do sistema possa beneficiar outros serviços e instituições cujo interesse assim o justifique.

Merece ser recordado que o referido protocolo corou uma série de contactos iniciados dois anos antes, quando ainda o disco óptico dava os seus primeiros passos na área comercial. Nessa ocasião, já o INESC-Norte desenvolvia investigações neste domínio e começava o estudo do protótipo de um monitor de alta resolução. Ao tomarmos conhecimento desta nova tecnologia e da existência, na própria cidade, de *know-how* capaz de desenvolver uma aplicação que satisfizesse as necessidades do Arquivo, decidimos contactar o referido Instituto e propor um acordo de cooperação. Foi-nos então apresentado o Eng.º António Agostinho

Andrade, responsável pela investigação na área do disco óptico e que tinha entre mãos um projecto relacionado com a gestão de documentos administrativos<sup>1</sup>. Na sequência dos contactos estabelecidos foi então decidido ampliar o projecto, conectando as imagens com bases de dados estruturadas para responder às exigências de um arquivo de grandes dimensões e particularmente, no presente caso, para gerir documentação de âmbito municipal<sup>2</sup>.

**O projecto CALIOPE teve a sua origem num protocolo de cooperação assinado em 6 de Julho de 1988, entre o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) e a Câmara Municipal do Porto (CMP).**

O desenvolvimento do projecto irá passar pela assinatura de novo acordo com a Câmara do Porto, tendo em vista a concretização de metas mais avançadas, definidas pelo Arquivo Histórico e pelo INESC, e que se ligam com diversos aperfeiçoamentos técnicos e com a difusão do sistema<sup>3</sup>.

Antes de descrever o projecto, em si, é de sublinhar que, desde o início, estávamos naturalmente conscientes do risco que se corria. Não nos causava preocupação a eventual reserva por parte de certos especialistas, mais defensores da utilização do microfilme. Tratar-se-ia, a nosso

ver, de uma disputa sem sentido, dados os créditos de ambas as tecnologias e, pelo menos para já, a sua inegável complementaridade. O que mais atenção nos mereceu foi o facto de estarmos perante uma tecnologia de ponta, ainda em fase de desenvolvimento, e de ser necessário reflectir um pouco sobre as consequências da sua aplicação, no próprio domínio da ciência arquivística. Estamos a pensar, nomeadamente, no que se refere ao quadro das relações entre a conservação dos documentos e a gestão da informação. É pacífica a constatação de que a existência de bancos de imagens irá contribuir largamente para a preservação dos originais. Porém, sendo certo que a criação de bases de dados pode ser orientada por alguns dos princípios básicos que regem a concepção dos tradicionais «Catálogos», outros aspectos tomam aqui particular relevância, como a normalização descritiva, a escolha de pontos de acesso, o uso alargado da indexação e a prática do controlo de qualidade. Além disso, o recurso às novas tecnologias arrasta consigo outras questões, como a difusão à distância ou a gestão de arquivos informáticos, e amplia alguns dos problemas já anteriormente existentes, como o das normas de comunicabilidade dos documentos, etc. Finalmente, outro aspecto a ter em consideração é o de que a rentabilidade do sistema implica necessariamente o tratamento analítico das séries a

reproduzir, coisa que, regra geral, não acontece com o microfilme. A existência de descrições ao nível do «processo» ou de «peça» torna muito pesado e dispendioso o trabalho arquivístico, não só pelo volume da documentação a tratar, mas também pelas exigências acrescidas quanto ao controlo da linguagem. Tal facto, obrigará a um muito maior cuidado na definição das prioridades. Mais do que o investimento inicial é preciso ter em conta os custos de exploração, os quais, por sua vez, não devem ser desligados da avaliação dos correspondentes benefícios.

**Em linhas gerais, pretende-se que venha a ter aplicação, não apenas na salvaguarda e consulta dos documentos de Arquivo, mas também em procedimentos de natureza administrativa.**

No plano informático, os problemas situam-se sobretudo ao nível do *hardware*, ainda limitado para resolver algumas situações, como a reprodução de grandes formatos, a utilização de máquinas planetárias, etc. Nestes casos, o recurso ao microfilme pode constituir um precioso auxiliar da digitalização de imagens. Entretanto, o sistema conta já com um monitor de altíssima resolução, o qual, no mínimo, duplicará o grau de nitidez das imagens, relati-

vamente aos mais avançados monitores até agora aparecidos no mercado. Quanto à durabilidade dos suportes, apesar das interrogações que ainda por vezes se levantam, os indicadores são bastante optimistas. Já há firmas a anunciar discos com uma longevidade superior a 100 anos e em condições de conservação menos rigorosas do que aquelas exigidas para os microfilmes<sup>4</sup>. Aliás, algumas das características desta tecnologia tornam a sua utilização muito atractiva. Além dos benefícios decorrentes da elevada capacidade dos discos e da rapidez da pesquisa, é de salientar que a busca dos dados se faz por raios laser, o que constitui um elemento adicional para a melhor preservação dos suportes em uso corrente. Finalmente, a utilização de discos WORM, como é o caso dos adoptados neste projecto, tem a vantagem de a informação nunca mais poder ser desgravada. Esta característica é de grande importância para os arquivos, não só como garantia da autenticidade dos documentos, mas também, em documentação actual, como prova da fiabilidade dos próprios originais. Qualquer alteração num documento seria detectada. Essa mesma característica é útil para a execução de cópias de segurança da informação contida em discos magnéticos, dado que os riscos são muito menores no primeiro caso<sup>5</sup>.

Este projecto, que, como se disse, assenta na exploração da tecnologia

do disco óptico, tem como principais OBJECTIVOS, os seguintes:

- Identificar rapidamente certos documentos, tratados ao nível de «Catálogo», numa base de dados de registo magnético.
- Completar a informação descritiva com a visão dos próprios documentos, reproduzidos num arquivo de imagens em disco óptico.
- Substituir a consulta directa dos originais, preservando-os da deterioração, em consequência do seu repetido manuseamento.
- Apoiar as operações de pré-arquivagem e de reprodução com fins de segurança, que até agora eram exclusivamente desempenhadas por intermédio do microfilme.

A configuração do SISTEMA pode ser observada no Anexo I. Quanto às características do equipamento, nesta fase de desenvolvimento, são referidos no Anexo III.

A captação de imagens é feita através de um *scanner* e de uma câmara CCD. A câmara destina-se a reproduções a cor, nomeadamente na área da iconografia. Neste caso a gravação das imagens passa pelo disco magnético. Quanto ao *scanner*, apesar da grande qualidade dos resultados, não consegue captar imagens superiores a A3. Uma das tarefas actuais é desenvolver *software*

que rentabilize ao máximo este *scanner* e que permita procedimentos alternativos, quando se tratar de documentos de grandes formatos.

Tanto o arquivo de imagens, como as bases de dados, estão conectados entre si por um código instalado num campo específico (*disksector*), não visualizado no ecrã.

A consulta das bases de dados é feita num normal PC, enquanto as imagens do disco óptico são lidas num monitor A4, de alta resolução<sup>6</sup>.

**Outros aspectos tomam aqui particular relevância, como a normalização descritiva, a escolha de pontos de acesso, o uso alargado da indexação e a prática do controlo de qualidade.**

As bases de dados estão a ser produzidas em DBase III Plus, utilizando-se como linguagem de acesso o Clipper 5.01<sup>7</sup>.

Entre as APLICAÇÕES consideradas prioritárias, enunciam-se as seguintes séries e colecções:

- A série de «Vereações»;
- A série de «Editais»;
- A série de «Licenças de obras»;
- A colecção de «Pergaminhos»;
- A colecção de «Iconografia».

A selecção destas unidades documentais obedeceu a critérios de importância intrínseca ou de uso, no âmbito dos Arquivos centrais do

município. Outros factores terão também pesado, como a avaliação do impacto exterior, nomeadamente no âmbito dos serviços administrativos e dos centros de decisão.

**Tem como principais OBJECTIVOS, os seguintes:**

- Identificar rapidamente certos documentos, tratados ao nível de «Catálogo», numa base de dados de registo magnético.
- Completar a informação descritiva com a visão dos próprios documentos, reproduzidos num arquivo de imagens em disco óptico.
- Substituir a consulta directa dos originais, preservando-os da deterioração, em consequência do seu repetido manuseamento.
- Apoiar as operações de pré-arquivagem e de reprodução com fins de segurança, que até agora eram exclusivamente desempenhadas por intermédio do microfilme.

A escolha das *Actas de Vereação* é pacífica, pois trata-se, por assim dizer, da série matricial de toda a gestão camarária. Aqui, porém, tomou-se a decisão de começar pelas actas mais modernas, recuando progressivamente no tempo. São as que possuem maior complexidade — o

que facilitou a concepção da grelha descritiva — e, precisamente, aquelas que dispõem de meios mais limitados de acesso ao respectivo conteúdo. As vereações medievais, por exemplo, já estão em grande parte publicadas e, até meados do século XIX, existem no Arquivo Histórico índices com razoável capacidade de resposta. Por outro lado, ao apresentar um estudo de tratamento das actas mais recentes, o serviço de Arquivos (onde se inclui também o arquivo intermédio) cumpre mais eficazmente a sua função de apoio à Administração, facto que não deixará de reverter em favor da dinâmica do próprio projecto. Neste momento, há claros indícios de que o Executivo municipal irá reforçar os meios disponíveis, na medida em que se conseguiu demonstrar a utilidade do sistema para a própria administração corrente.

Outra série com bastante impacto é a dos «*Editais*», que irá integrar uma base de dados, da qual farão igualmente parte as posturas, regulamentos e avisos da Câmara.

O caso de mais evidente necessidade é, no entanto, o da série de «*Licenças de Obras*». Para melhor fundamentar tal opção, procedeu-se a uma avaliação rigorosa deste conjunto documental, nomeadamente através de dados estatísticos referentes ao ano de 1989. A sua extensão é superior a 700 m de prateleiras, representando quase 10 por cento de todo o acervo municipal. A série inicia-se

em 1794 e chega até à actualidade. Tem sido prática dos serviços municipais o envio dos processos ao Arquivo Geral, mal estes estejam dados como findos. O movimento desta série é elevadíssimo, tanto no arquivo definitivo, como no central administrativo. No Arquivo Histórico é, de longe, a série mais procurada. A sala de leitura registou a requisição de 882 livros de «Licenças de Obras» (ou «Plantas de Casas», se utilizarmos a terminologia antiga). É de referir que em cada livro se encontram arquivadas várias dezenas de processos. Além disso, foram aceites 183 pedidos de microfilmagem de documentos. Quanto ao Arquivo Geral, o número de requisições elevou-se a 2559 processos. Tais requisições, até agora, são apenas feitas pelos serviços internos da Câmara. Dos 31 serviços que solicitaram documentos ao Arquivo durante o referido ano de 1989, nada menos que 23 tiveram necessidade de consultar processos de Licenças para obras particulares. Bastante significativo é o gráfico que compara as séries mais requisitadas ao Arquivo Geral durante o mesmo período. A distância que separa os processos de obras dos demais é bem ilustrativa da importância de que eles se revestem para a gestão municipal. Além disso, foi possível colher uma ideia dos anos de procura mais intensiva por parte dos utentes do Arquivo (Cfr. Anexo II).

**A informatização não é a panaceia para todos os problemas dos arquivos, nem se poderá aspirar à introdução completa dos dados em disco óptico.**

As preocupações decorrentes da grande extensão e do uso desta série são partilhadas pelo próprio serviço de origem — a Divisão de Edificações Urbanas — que vê neste projecto um precioso instrumento para controlar a documentação produzida. Além de um mais amplo e rápido acesso à informação contida nos processos, evitar-se-á o uso sistemático das requisições (com toda a carga burocrática que isso acarreta e o dispêndio de tempo na conferência de todos os livros ou pastas quando regressam ao arquivo). Por outro lado, os originais passarão a ficar melhor protegidos. É de sublinhar que esta série deve ser aquela que corre mais riscos de deterioração, quer se trate do arquivo definitivo, quer dos outros estádios da vida dos documentos. O uso excessivo da documentação e o grande número de folhas dobradas são factores que contribuem para o mau estado de preservação em que se encontram muitos dos originais. Finalmente, deve ter-se em conta que as técnicas de reprodução usadas nos gabinetes de arquitectura têm, para os processos mais recentes, graves consequências no plano da conservação, pois os desenhos vão desaparecendo com o

tempo. Daí a redobrada necessidade em arquivar as imagens dos processos num suporte mais estável do que os papéis usados nas cópias de arquitectura (*marion*, heliográfico, etc).

O Arquivo Histórico decidiu ainda estender o arquivo de imagens a duas das suas colecções: a de Pergaminhos e a de Iconografia.

No primeiro caso, justifica-se pela necessidade de execução do respectivo catálogo. Por outro lado, é interessante o alargamento da experiência à documentação medieval. A descrição e indexação dos documentos encontra-se num estágio relativamente avançado, estando para breve a introdução dos dados em computador.

**A organização arquivística é um elemento mais prioritário e, à partida, devem merecer atenção especial os «Guias» e «Inventários» dos fundos, para os quais o disco óptico não está vocacionado. A sua utilização põe-se ao nível do processo ou da peça, ou seja no plano descritivo — ao nível do «Catálogo».**

A última opção diz respeito à colecção iconográfica, com prioridade para o sector de fotografia, onde existem vários fundos e dezenas de milhar de documentos. Trata-se de uma área que levanta alguns problemas, não apenas quanto ao grau de profundidade das des-

crições, como também da indexação de conteúdo. O trabalho já está iniciado, podendo considerar-se positivos os primeiros resultados.

A par das cinco bases de dados enunciadas, estão previstos ficheiros auxiliares, nomeadamente relacionados com a informação toponímica e o controlo da linguagem.

Não poderemos desenvolver aqui a estrutura de todas estas bases de dados. Embora já estejam elaboradas e testadas todas as grelhas descritivas, daremos apenas um apontamento sobre a «BD Licenças», que é aquela que se encontra em fase mais adiantada de desenvolvimento. O utilizador entra na Base de Dados após a visualização do *menu* principal. Como o esquema é idêntico para todas elas, pode o operador escolher a BD que pretende. Existem depois várias opções relacionadas, seja com a introdução, seja com a consulta dos dados. No primeiro caso, naturalmente, o acesso é condicionado. Quanto à consulta, há a possibilidade de a iniciar por um sector com a descrição global da série ou colecção. Para as Licenças de Obras está feita uma descrição tendo já em conta a norma provisória ISAD(G), do Conselho Internacional dos Arquivos<sup>8</sup>. A aplicação desta norma pode ser vista no Anexo IV, do presente artigo.

O utilizador tanto pode aceder directamente às descrições dos processos, como passar pela descrição genérica da série. A fase seguinte da

consulta é feita através da grelha descritiva dos processos, cujo modelo é apresentado no Anexo V. A pesquisa pode ser efectuada em qualquer campo individual ou relacionando os campos entre si. Escolhido um processo, existe um comando que permite a sua visualização através do disco óptico. Em primeiro lugar, aparece uma janela com o índice do próprio processo e, neste último, é que se seleccionará a imagem pretendida. Um novo comando fará aparecer a reprodução do documento no monitor de alta resolução.

Em linhas gerais é esta a filosofia do Projecto. Não podemos entrar em maiores detalhes quanto ao conteúdo dos campos e ao controle de linguagem. Estes aspectos foram já abordados em artigos anteriores, para os quais remetemos<sup>9</sup>. É de referir, no entanto, que o projecto está ainda em evolução e que a ficha descritiva tem sido melhorada, conforme a experiência o vai aconselhando. É muito difícil, dada a quantidade e a diversidade dos processos, chegar a certos pormenores nas descrições, como a escala e a simbologia dos desenhos. O esclarecimento destes dados ficará a cargo dos utilizadores, caso disso necessitem. Haverá, no entanto, algumas melhorias a introduzir, como no que concerne a códigos de referência geográfica (número de parcela de um quarteirão, por exemplo), tão necessários para o moderno planeamento urbanístico. Os núme-

ros de polícia antigos e os números de cadastro levantam grandes problemas de identificação, para épocas mais recuadas, pelo que o seu registo terá de ser ponderado, dado que o volume de documentação a tratar exige procedimentos expeditos.

**O desenvolvimento de bases de dados conectadas com bancos de imagens, está sem dúvida a constituir um grande desafio para o desenvolvimento da ciência arquivística.**

Em suma, a utilidade de um sistema deste tipo é evidente, mas existem diversos factores em jogo. Em primeiro lugar, a informatização não é a panaceia para todos os problemas dos arquivos, nem se poderá aspirar à introdução completa dos dados em disco óptico. Há limitações materiais e humanas muito importantes, que não podem ser descuradas, e por isso se deva insistir na necessidade de um prévio escalonamento de prioridades. A organização arquivística é um dos dados mais prioritários e, à partida, devem merecer atenção especial os «Guias» e «Inventários» dos fundos, para os quais o disco óptico não está vocacionado. A sua utilização põe-se ao nível do processo ou da peça, ou seja — no plano descritivo — ao nível do «Catálogo». A sua grande vantagem é, para além da preservação dos originais, a possibilidade de exploração rápida da



informação. Daí que não nos pareça vantajosa a reprodução sistemática dos documentos sem a sua descrição ou, pelo menos, a sua prévia indexação. Neste aspecto, a digitalização de imagens não se poderá confundir com a microfilmagem em massa, realizada por motivos de segurança. Resolvido o problema da durabilidade dos suportes e da normalização da colheita de imagens — o que pressupõe o avale das instâncias internacionais (ISO, CIA, etc.) é possível que o disco óptico possa ser usado com a mesma intenção do microfilme de segurança. Todavia, o grande contributo desta tecnologia — e aqui pode-se realmente falar num grande salto qualitativo — é o da grande densidade de informação num só disco e a rapidez de manipulação de imagens. O desenvolvimento de bases de dados conectadas com bancos de imagens, está sem dúvida a constituir um grande desafio para o desenvolvimento da ciência arquivística.

**Cada vez mais os arquivistas necessitarão de se assumir também como técnicos da informação.**

Os princípios básicos da Arquivística moderna são inabaláveis. Porém levantam-se novos problemas teóricos no campo da descrição e de todo um certo número de procedimentos, que até agora eram reali-

zados de um modo mais ou menos intuitivo e personalizado, e para os quais passa a ser exigido o máximo de rigor (zonamento descritivo, uniformização de linguagens, indexação, controlo de qualidade, etc.). Não está em causa, de modo algum, o papel da organização arquivística e da conservação dos documentos. É pacífico que os profissionais de arquivo deverão continuar a exigir que sejam vistos e respeitados como guardiões de testemunhos. Porém, e disso não se nos oferece qualquer dúvida, cada vez mais os arquivistas necessitarão de se assumir também como técnicos da informação. Os meios que actualmente lhe são disponibilizados por uma sociedade tecnológica em permanente evolução, o confronto com enormes massas documentais e as exigências cada vez mais alargadas de acessibilidade aos arquivos, obrigarão a uma conveniente resposta por parte dos profissionais e responsáveis destes serviços. As questões teóricas não estão a sofrer uma rotação de perspectiva, mas tão só a enriquecer-se, impondo o abandono de uma certa rigidez que tem dividido os arquivistas em dois campos opostos e que, de um modo um tanto ligeiro, poderemos designar como o dos «conservadores-organizadores» e o dos «conservadores-informadores»<sup>10</sup>. Neste momento há claros sinais de que a situação está a evoluir. Talvez não tão rapidamente como seria de desejar, mas um dia virá em que poderemos concluir

que afinal todos tinham razão. Razão nos pontos de vista que defendem, apesar das limitações que sempre se lhes poderá encontrar, enquanto não ultrapassarem esta radicalização de perspectivas.

## Notas

<sup>1</sup> O primeiro contacto com o INESC — Porto data já dos finais de 1986. Por essa altura, os Eng.ºs A. Agostinho de Andrade e A. Lagoa, davam também conhecimento público dos estudos preliminares desenvolvidos no INESC, Cfr. A. Agostinho ANDRADE; A. LAGOA, *Sistema de Arquivo em Disco Óptico*, comunicação apresentada à «1.ª Reunião Nacional sobre Tecnologia da Informação e os Sistemas Administrativos» (LNEC - 24 a 28 Nov. 1986).

O projecto do monitor de alta resolução foi desenvolvido na própria delegação do Porto, por uma equipa liderada pelo Professor Doutor Nunes Ferreira.

Infelizmente para todos nós, um brutal acidente de viação, ocorrido em Setembro de 1991, veio a causar o afastamento do Eng.º Agostinho de Andrade deste processo. Excelente técnico em *hardware* e *software*, ele foi um incansável lutador pela implantação do disco óptico, devendo-se-lhe grande parte dos êxitos obtidos. Além disso, reunia a particularidade de conhecer muito bem as técnicas da microfilmagem, o que lhe ampliava grandemente a visão dos problemas. Escrevendo este artigo a apenas escassos dias do seu falecimento, após prolongada hospitalização, achamo-nos no dever de lembrar este colaborador da primeira hora.

Grande entusiasta pela aplicação das novas tecnologias à área administrativa e documental, o Eng.º Agostinho de Andrade reunia invulgares qualidades humanas, as quais sempre pôs à prova nas relações de trabalho com os colegas e, de certa maneira, explicam o surgimento de continuadores, empenhados a levar a bom termo o seu Projecto.

<sup>2</sup> É de referir que o Arquivo Histórico recebeu por parte do então Vereador da Cultura, Eng.º José Nunes Meireles, que aderiu entusiasmaticamente ao projecto e deu os passos necessários para que o protocolo com o INESC viesse a ser aprovado pela Câmara. O seu inesperado falecimento originou alguns atrasos no processo, mas a 6 de Julho de 1988 era finalmente assinado o acordo.

<sup>3</sup> É justo salientar o papel decisivo do Eng.º César Toscano que, com o apoio da actual direcção do INESC-Norte, tem garantido a continuidade dos trabalhos.

<sup>4</sup> É o caso da PLASMON que «*guarantees that data stored on their optical media will retain full integrity for 50 years — more than 5 times longer than magnetic media. And accelerated aging test have shown that the data lifetime of a Plasmon disk may exceed 100 years*» (*Optical Insights*, April 1990, p. 8).

Também a DIGIPRESS, no anúncio do seu *Century Disc TM*, especifica que «*tempered glass is etched with the information and then is plated with a precious metal*», o que garante uma longevidade «*in excess of a hundred years*».

<sup>5</sup> O futuro da produção dos discos WORM é ainda incerto, muito dependendo da atractividade do mercado. Normalmente, as administrações estão mais interessadas em possuir discos que possam gravar e desgravar, aproveitando-se da sua rentabilização. De qualquer forma, existem no mercado outras alternativas igualmente interessantes, apesar de a informação poder ser desagradada. Neste caso, embora os riscos sejam menores, que nos discos magnéticos, exigem-se algumas das medidas de segurança que também se utilizam para estes últimos.

<sup>6</sup> Este monitor possui um ecran com o formato A4 permitindo a fixação de imagens de documentos administrativos sem qualquer distorção. O seu índice de resolução é de 200 dpi, o que, tanto quanto conseguimos apurar, ainda constitui o dobro da resolução dos melhores monitores existentes no mercado.

<sup>7</sup> Posteriormente, viemos a saber que este é também o tipo de linguagem usada pela IBM, no projecto do Arquivo das Índias (Sevilha).

<sup>8</sup> INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, *Draft. ISAD (G): General International Standard Archival Description: Adopted by the Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, Madrid, 21-24 January 1992*. Ottawa, The Secretariat of the ICA Commission on Descriptive Standards, 1992.

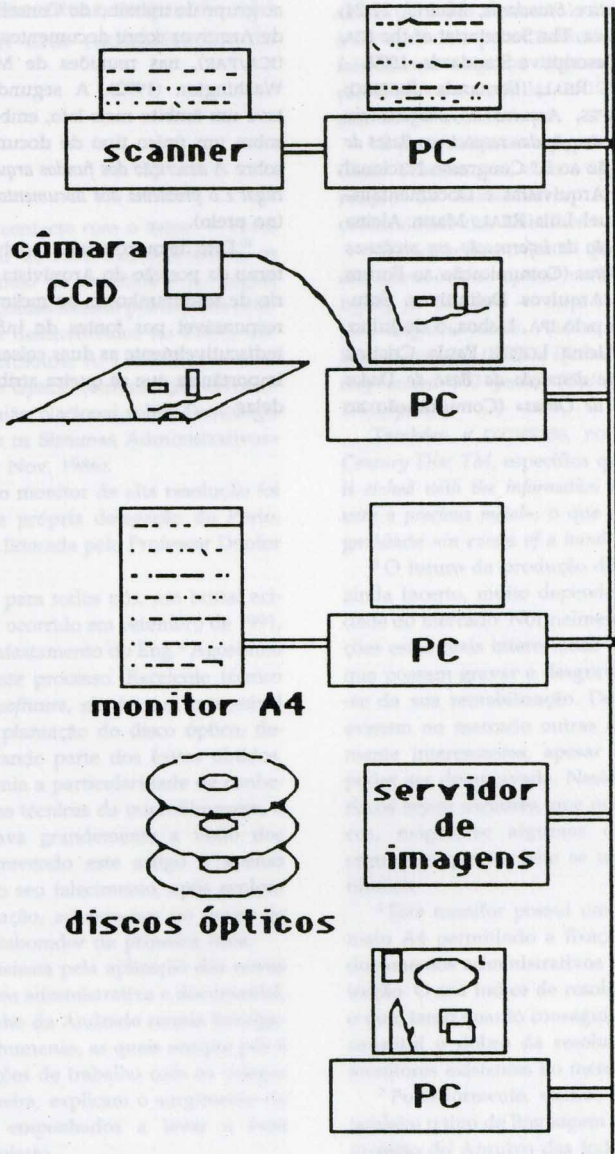
<sup>9</sup> Manuel Luís REAL; Fernanda RIBEIRO; Maria Alcina LOPES, *Arquivo de Imagens em Disco Óptico. A construção das respectivas Bases de Dados* (Comunicação ao 3.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa); Manuel Luís REAL; Maria Alcina LOPES, *A recuperação da informação em processos de Licenças para Obras* (Comunicação ao Fórum «Informática em Arquivos Definitivos. Soluções», organizado pelo IPA, Lisboa, 5 de Julho, 1991); e Maria Alcina LOPES; Paula Cristina FRANÇA, *Regras de descrição da Base de Dados sobre as «Licenças de Obras»* (Comunicação ao

4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Braga 4-6 de Março de 1992).

O signatário ainda apresentou duas notícias ao grupo de trabalho do Conselho Internacional de Arquivos sobre documentos de arquitectura (ICA/PAR), nas reuniões de Madrid (1991) e Washington (1992). A segunda comunicação teve um âmbito mais lato, embora se centrasse sobre um único tipo de documentos, ou seja, sobre *A descrição dos fundos arquivísticos em Portugal e o problema dos documentos de arquitectura* (no prelo).

<sup>10</sup> Dito de outro modo, o debate tem sido em torno da posição do Arquivista como depositário de testemunhos e, ao mesmo tempo, como responsável por fontes de informação. Ele é indiscutivelmente as duas coisas, seja qual for a importância que se queira atribuir a cada uma delas.

### Anexo I ARQUITECTURA DO SISTEMA





## Anexo III — INFORMAÇÃO SOBRE O PROJECTO «CALIOPE», AO INICIALIZAR A CONSULTA DAS BASES DE DADOS

(C)(A)tá(L)ogo e (I)magens (Ó)pticas de (P)esquisa (E)xpedita

Projecto informático de catalogação de documentos, que permite articular Bases de Dados, de configuração personalizada, com um Arquivo de Imagens em Disco Óptico.

### 1. AUTORIA DO PROJECTO

AHMP — Arquivo Histórico Municipal do Porto

INESC — Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores

### 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 2.1. Base de dados

Catálogos independentes com modelos descritivos adaptados a cada tipo de documento; implementação em DBase III Plus e Clipper 5.01; aplicações desenvolvidas no AHMP, sob a coordenação do INESC.

#### 2.2. Sistema Operativo

Utilização interna de funções desempenhadas pelo IN.ODOS (INESC Optical Disk Operating System), para acesso a — (Scanners, Camaras CCD, Monitores A4, Discos Ópticos); sistema desenvolvido no INESC — Porto.

#### 2.3. Rede Local

Interligação em Rede Local/Ethernet; protocolo TCP IP e RPC.

#### 2.4. Monitor

Formato A4; monocromático; muito alta resolução, 1776 × 2300 (parte visível), + 2048 × 2560 (memória total); afixação de imagens de documentos A4 sem distorção (200 dpi); projecto desenvolvido no INESC-Porto.

#### 2.5. Scanner

Tamanhos A3 e A4; resolução 200, 300, 400 dpi.

#### 2.6.- Câmara CCD

Saída VIDEO + RGB; resolução 512 × 512; 32768 cores.

#### 2.7. Drive Disco Óptico

Discos Ópticos WORM (Write Once Read Many); 940 Mbytes.

**Anexo IV**  
**DESCRIÇÃO GENÉRICA DA SÉRIE «LICENÇAS DE OBRAS»,**  
**CUJA CONSULTA PODERÁ EFECTUAR-SE ANTES DE ACEDER**  
**À RESPECTIVA BASE DE DADOS**

## 1. Código

A.H.M.P. — ALL — C.M.P. — L/E — 002

## 2. Título

Processos de Licenças para Obras

## 3. Datas de Produção

1794-1908 (Plantas de Casas)

1908-1990 (Licenças para Obras)

## 4. Nível de Descrição

Série

## 5. Extensão

Subsérie «Plantas de Casas» — 207 vols. — 15,8 m.

Subsérie «Licenças para Obras» — 292 vols. (1908-38)  
e 23 535 processos (1939-90) — 712 m.

CONTEXTO E CONTEÚDO

1. *História Administrativa*

Série iniciada em 1794 com o título de «Plantas de Casas», em virtude de uma disposição, segundo a qual nenhum particular podia edificar dentro da Cidade sem prévia aprovação da Câmara. Esta norma foi confirmada por Portaria do Ministério do Reino, de 06 de Jun. de 1838 (cfr. Próprias, L.º 51, fl. 150) e surge no Código de Posturas aprovado em 1839 (Red. n.º 5079, s.v. Obras).

A aprovação dos projectos de edificação esteve primeiro a cargo da Junta de Obras Públicas, sendo a informação técnica canalizada através do Procurador da Cidade. Em 1833 passou para a dependência do Presidente da Câmara (Próprias, L.º 27, fl. 331), ficando o Vereador Fiscal com a responsabilidade da informação do processo. Este último era coadjuvado pelo Arquitecto Municipal e também,

entre 1857 e 1882, pela chamada Junta de Obras da Cidade. Entretanto, havia sido criada a Repartição de Obras ou Repartição Técnica, que veio a dar origem à actual Divisão de Edificações Urbanas, responsável pela apreciação dos processos.

Em 1908 a Série recebeu o novo título «Processos de Licenças para Obras», vindo a ser conhecida também como «Licenças de Obras».

## 2. *Datas de Acumulação*

1832-1908 (Subsérie «Plantas de Casas»)

1908-1990 (Subsérie «Processos de Licenças para Obras»)

## 3. *Custódia*

O Arquivo Histórico conserva a documentação até 1908, ficando ao Arquivo Geral a responsabilidade dos processos findos, desde a referida data até à actualidade. Os processos ainda para concluir, mesmo que iniciados há anos, ainda se encontram sob a tutela da Divisão de Edificações Urbanas.

## 4. *Fonte de Aquisição*

Processos organizados na Direcção dos Serviços de Urbanização (Divisão de Edificações Urbanas), que transfere os processos findos para o Arquivo Geral. As transferências para o Arquivo Histórico têm, por sua vez, carácter irregular.

## 5. *Estatuto Legal*

Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Ago. 1951 — art.º v e vi

Decreto-Lei n.º 445/91

Regulamento Municipal de Obras — Capítulo II

## 6. *Organização*

Série com documentos de conservação permanente. Encontra-se descrita, em termos gerais, no «Inventário» do Arquivo Histórico. Está parcialmente catalogada e dispõe de índices auxiliares.

## 7. *Acrescentamentos*

A série está em permanente crescimento, verificando-se incorporações diárias, no Arquivo Geral, de processos considerados findos na Divisão de Edificações Urbanas.

Os averbamentos de novas licenças, em processos anteriormente dados como concluídos, é da responsabilidade da referida Divisão de Edificações Urbanas que, para o efeito, requisita os antecedentes ao Arquivo Geral.



## 8. Sistema de Ordenação

Os processos estão encadernados até 1908 e cosidos dentro de pastas até 1938.

A partir desta data os processos começam a ter pastas individuais.

A ordenação dos volumes e das pastas é numérica e cronológica.

A sequência das datas nem sempre corresponde à dos volumes (os documentos do século XVIII, por exemplo, encontram-se no livro 2). Os «Processos de Licenças para Obras» mantêm inicialmente a numeração dada aos «Livros de Plantas de Casas», embora com eles se inicie também uma nova contagem (isto é, os n.º 1-12, de 1908 equivalem aos antigos n.º 208-219).

## ACESSO E USO

### 1. Linguagem Utilizada

Existem projectos importados, cuja memória descritiva ou legendagem dos desenhos são apresentadas em língua estrangeira.

### 2. Características Físicas

Volumes ou pastas com altura média de 35 cm. A maioria dos processos contém desenhos, frequentemente em folhas desdobráveis.

As lombadas das encadernações e muitos dos desenhos encontram-se em precário estado de conservação.

### 3. Condições de Acesso

O acesso aos exemplares do Arquivo Histórico é livre, salvaguardados os aspectos que possam pôr em perigo a conservação das espécies.

O acesso aos exemplares do Arquivo Geral é livre por parte dos serviços administrativos da Câmara Municipal do Porto (no local ou mediante requisição). Para fins de investigação, o acesso é condicionado, devendo a consulta ser solicitada aos serviços de Arquivo, que apreciarão os pedidos e decidirão em conformidade.

### 4. Condições de Reprodução

Relativamente à documentação histórica, são feitas reproduções em microfilme ou em fotocópia a partir de microfilme, de acordo com o interesse dos utilizadores. Quanto aos processos digitalizados, poderão igualmente ser feitas reproduções em impressora laser.

Só excepcionalmente, e por motivos justificados, serão aceites pedidos de reprodução fotográfica. Por imperativos de conservação, está vedada a fotocópia directa dos processos.

### 5. Instrumentos de Pesquisa

- Alguns volumes contêm índices nas primeiras ou últimas folhas.
- Existe um «Índice dos Livros de Licenças para Obras e Plantas de Casas», que abrange os volumes 1 a 20. É um índice toponímico, organizado em 3 volumes (reg. n.º 2667-2669). O 3.º volume reinicia com a letra A e corresponde aos anos de 1887-1908.
- Existe um catálogo em fichas, com a organização alfabética pelo nome dos requerentes e dispondo de um índice toponímico. O catálogo abrange os volumes 1-136 (1794-1900), embora o índice toponímico tenha ficado interrompido no volume 88 (1883).
- Foi criada a presente BASE DE DADOS, cujos registos se iniciaram em 1908.

## MATERIAIS RELACIONADOS

### 1. Localização dos Originais

No Arquivo Histórico, com os números de registo 2131-2637 e 2655-2666.  
No Arquivo Geral, em secção própria.

### 2. Existência de Cópias

Há processos reproduzidos em cartões de janela.

A partir de 1908, os processos estão a ser reproduzidos de modo sistemático num Arquivo de Imagens em Disco Óptico, com interface à presente Base de Dados.

### 3. Nota de Incorporação

A incorporação dos volumes 164-219 (Reg. 2655-2666) é anterior a 1981.

### 4. Unidades de Descrição Relacionadas

- Cofre dos Depósitos. Borrão de Caixa e Conta Corrente (1849-1870)
- Cofre dos Depósitos. Caixa e Conta Corrente (1847-1879)
- Cofre dos Depósitos. Documentos de Entrega (1856-1886)
- Cofre dos Depósitos. Entradas e Saídas (1867-1882)
- Cofre dos Depósitos. Guias de Entrada (1856-1863)
- Medições de terrenos (1843-1860)
- Requerimento para Obras e Vistorias (1800-1826)

### 5. Materiais Associados

Levantamentos cartográficos, projectos urbanísticos e processos de expropriações.

## 6. Publicações

Manuel Luís REAL; Maria Alcina LOPES, *A recuperação da informação em processos de Licenças para Obras* (Comunicação ao Fórum «Informática em Arquivos Definitivos. Soluções», organizado pelo IPA. Lisboa, 5 de Julho de 1991).

Maria Alcina LOPES; Paula Cristina FRANÇA, *Regras de descrição da Base de Dados sobre as «Licenças de Obras»* (Comunicação ao 4.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas «Informação-Ciência-Cultura, Biblioteca e Arquivos para o Ano 2000», organizado pela Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Braga 4-6 de Março 1992).

### NOTAS

Regra geral, os «Processos de Licenças para Obras» são compostos dos seguintes elementos:

1. Requerimento
2. Termo de Responsabilidade
3. Memória Descritiva
4. Projecto
5. Averbamentos, Projectos Especiais
6. Alterações ao Projecto
7. Informação Técnica
8. Guia de Depósito
9. Licença

## Anexo V

## FICHA DESCRITIVA DOS PROCESSOS DE «LICENÇAS DE OBRAS»

## 1. Entrada Principal

Base Licenças	Câmara Municipal do Porto	Record 2471
Class: L/E-003	Série: Processos de Licenças de Obras	Registo:
Volume: 230	Processo n.º: 1027/1909	Data: 1909/07/11
Folhas: 126-133	Desenhos:	Cont.:
Requerente: SINDICATO AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DO PORTO		
Técnico: BRAVO, António Pereira Pinto (arquitecto)		
Local: S. ROQUE DA LAMEIRA, R. de		
Freguesia:		
Obra: SINDICATO. Construir sede		

## 2. Entrada de Acesso ao Disco Óptico

Base Licenças	Câmara Municipal do Porto	Record 2471
Class: L/E-003	Série: Processos de Licenças de Obras	Registo:
Volume: 230	Processo n.º: 1027/1909	Data: 1909/07/11
Folhas: 126-133	Desenhos:	Cont.:
Requerente: SINDICATO AGRÍCOLA DOS LAVRADORES DO PORTO		
Técnico: BRAVO, António Pereira Pinto (arquitecto)		
Local: S. ROQUE DA LAMEIRA, R. de	Pág. .... Índice .....	
Freguesia:	1	Requerimento
Obra: SINDICATO. Construir sede	2	Memória Descritiva
	3	Desenhos